

## **A GENTRIFICAÇÃO DA CRACOLÂNDIA NA CIDADE DE SÃO PAULO: A MATERIALIZAÇÃO DO PENSAMENTO HIGIENISTA.<sup>1</sup>**

Roberta Custodio Cavedini  
Unicamp Instituto de Geociências Departamento de Geografia  
robertaccavedini@gmail.com

### **RESUMO:**

O presente trabalho tem por objetivo analisar a relação entre as políticas urbanas implementadas na área da Cracolândia, na região central da cidade de São Paulo, reconhecida historicamente e estigmatizada pela ocupação de usuários de drogas, principalmente o crack, pela presença de prostituição e de moradores em situação de rua. Essa pesquisa tomou como objeto as intervenções promovidas pelo Programa Redenção, particularmente no período da gestão do prefeito João Doria, como uma tentativa de promoção da gentrificação da Cracolândia e materialização do pensamento higienista.

Palavras-chave: gentrificação, higienismo, Cracolândia.

GT – 12 “Estado, grandes projetos e planejamento corporativo”.

### **1. Introdução**

A concepção de higienismo tem sua origem dentro da obra de Hipócrates (ABREU, 1996), contudo, esse pensamento ganhou um grande destaque a partir da Revolução Industrial na Europa, momento em que ocorre um grande aumento populacional nas cidades europeias, sem que houvesse uma infraestrutura urbana que comportasse tal aumento.

O pensamento higienista surge como pensamento médico quando diversas doenças epidêmicas, como varíola, febre amarela e tuberculose dizimaram parcelas da população, e os médicos da época buscaram a compreensão sobre o que causaria tais doenças, como aponta Corrêa (2010, p.4):

"A grande crítica feita pelos higienistas, baseada nas suas observações do meio ambiente, assim como o meio social, no desenvolvimento das doenças, eram as condições de salubridade, ou melhor, da sua ausência, nas cidades industriais e nas condições de trabalho e de vida do operariado industrial: pobreza, assistência social, moralidade, etc. Dessa forma, os higienistas desenvolveram um novo conceito de cidade, sob alguns aspectos inovadores, mas com outros muito próximos ao pensamento policial do século anterior, onde a pobreza,

---

<sup>1</sup> Esse artigo é parte dos resultados da pesquisa de iniciação científica com o auxílio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (CNPQ), sob a orientação da Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes.

miséria, eram diretamente relacionadas com delinquência, criminalidade, sendo o combate à miséria ser considerado como caso de polícia".

Ao longo dos séculos XIX e XX diversas cidades europeias e brasileiras passaram por reformas urbanas que tinham como objetivo promover uma estrutura que atendesse o ideário civilizatório de preceitos higienistas. A Reforma de Paris, realizada por Haussmann entre 1852 e 1870, trouxe uma nova estética urbana, associada à nova classe em ascensão, a burguesia. As ações tomadas para este fim ficaram bem marcadas a partir da abertura de avenidas, da criação de bulevares, da criação de praças, com a desapropriação de propriedades e limpeza dos terrenos (RONCAYOLO,1999).

No Brasil esse ideário ganhou materialidade no início do século XX, na então capital do país, Rio de Janeiro, com o prefeito Pereira Passos: “A operação de limpeza da cidade passou a incluir também o afastamento das ”classes perigosas”, da nação subterrânea, daqueles que enfeavam a cidade e provocavam tumultos, entendidos como manifestações de uma “barbárie colonial”” (RODRIGUES E MELLO, 2015, p.22).

Com inúmeras reformas urbanas, a cidade de São Paulo também seguiu esse mesmo padrão, observado em muitas cidades ao redor do mundo ocidental, com inúmeras reformas urbanas. De acordo com ROLNIK (1986), na cidade de São Paulo essas reformas começam no final do século XIX, sendo que a maioria delas tinha os mesmos objetivos das outras cidades: transformar áreas populares em locais de salubridade e beleza.

No decorrer do século XX ocorrem diversas mudanças na dinâmica do espaço urbano paulistano, dentre as quais o deslocamento do centro, criando assim o *poli-centrismo*, característico das metrópoles latino-americanas (MATTOS, 2004). Essa descentralização do eixo central original é resultado do deslocamento das atividades bancárias, comerciais e do setor terciário. Até a década de 1950 essas atividades ficaram concentradas onde hoje é conhecido como o “centro velho”; a partir desse momento elas são realocadas para a região da Avenida Paulista que, durante as décadas de 1950 e 1960, passa a ser a principal centralidade da cidade, período este de auge da Avenida Paulista como principal polo econômico de São Paulo.

No decorrer da década de 1960 essas mesmas atividades são deslocadas para a Avenida Faria Lima/Marginal Pinheiros e, nos anos 1990, observamos novamente o deslocamento para a Avenida Luís Carlos Berrini que concentra em sua extensão, e nas imediações, sedes de empresas

ligadas ao setor quaternário, com maior expressividade, e o quinquenário que, segundo Nigro (1999) tomou grande magnitude.

Essa descentralização trouxe o abandono do “centro velho” da cidade de São Paulo pelas populações de mais alta renda, alterando o seu perfil socioeconômico, apesar dos esforços do poder público municipal na implantação de políticas urbanas que resolvessem esse quadro de abandono das classes médias e elites, essa deterioração se perpetua até os dias atuais. Esse processo fez com que essa área fosse destinada às populações marginalizadas da sociedade e, depois dos anos 1990, somou-se a esse fato a chegada do crack em São Paulo. Nesse período a área passa a ser ocupada pelos usuários de drogas, em especial o crack, muitas vezes analisados e vistos como “uma categoria de acusação e de assunção, [que] evocam e questionam limites corporais, sociais, espaciais, simbólicos e morais” (RUI, 2014, p.10), dando início assim a Cracolândia. Esse quadro de degradação dá abertura, ou legitima um discurso de revitalização e ao processo de gentrificação, ainda que, nesse caso, descontínuo no tempo, com projetos de intervenção variados, e fragmentado no espaço, bem diferente do processo histórico de gentrificação que ocorreu nos países centrais após os anos 1950.

Para Smith (1996, p.346 Apud Nigro, 1999 p.52), autor que denominou a continuidade do processo em *ondas*, a gentrificação é:

"(...) um fenômeno que decorre de um processo de desvalorização do capital nas áreas centrais (que atinge as áreas comerciais, industriais e residenciais), criando a oportunidade de revalorização de outras áreas "não desenvolvidas" do espaço urbano, e a ocupação dessas áreas centrais por camadas mais pobres. Posteriormente, com o processo de revitalização dessas áreas, e sua conseqüente valorização fundiária e imobiliária, induz-se a uma expulsão dessa população"

Com isso surgem, no final do século XX e início do século XXI, sucessivos projetos de revitalização do centro de São Paulo, sempre acompanhados pela expulsão da população historicamente instalada ali. Na atualidade essas políticas contam com a participação de operações policiais de cerceamento de ruas e avenidas para o deslocamento dos usuários de drogas e moradores de rua da região da Luz.

O primeiro projeto com o propósito de revitalização do centro foi o Plano de Revitalização do Centro, em 1975, na gestão do prefeito Olavo Setúbal (1975-1979). Outros projetos com a mesma finalidade foram propostos pela prefeitura no decorrer da segunda metade do século XX e início do século XXI, são eles: Remodelação do Vale do Anhangabaú (1991), o Programa de

Ordenação da Paisagem da Área Central: Eixo Sé-Arouche (1991) e a Reurbanização do Parque Pedro II (1989).

Outra iniciativa foi a criação, em julho de 1993, do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (PROCENTRO), ligado à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB). Duas das principais medidas realizadas por esse Programa foram a implementação da “Lei das fachadas” (1988) e a proibição do comércio de ambulantes no distrito Sé e República (NIGRO, 1999). Outros projetos a respeito da revitalização do centro foram: Operação Urbana Anhangabaú (1991), Projeto Centro Seguro (1994), Programa Ação Local (1995) e Operação Urbana Centro (1997).

Mais recentemente foram elaborados dois grandes Projetos para a revitalização do Centro de São Paulo, sendo ambos voltados, especificamente, para a região da Cracolândia. São eles: *Nova Luz* e *Programa Redenção*. O projeto *Nova Luz* foi anunciado pela prefeitura de São Paulo em 2005, pelo então prefeito José Serra (PSDB), caracterizado por ser um projeto que conta com a participação de investimentos de empresas privadas e do poder público. Em 2011 o projeto preliminar é concluído e passa pela aprovação da prefeitura. Contudo, o projeto *Nova Luz* foi engavetado em 24 de janeiro de 2013, pelo então prefeito Fernando Haddad (PT), pois, segundo o Próprio Consórcio Aecom Nova Luz, era tecnicamente inviável e também não respeitou a necessidade de participação popular.<sup>2</sup>

Apesar dos diversos planos de atuação do poder público a fim da revitalização do Centro, ainda hoje o mesmo se caracteriza como um *território em disputa* (MARICATO, 2012), em que diversos atores se encontram numa encruzilhada, como afirmou Sombini (2013, p.182):

“Mais que em outros períodos, o centro está em uma encruzilhada: os projetos de futuro são numerosos e estão em forte disputa, tanto no campo discursivo/simbólico quanto na dimensão política/institucional. Promotores imobiliários, empresários, comerciantes, movimentos sociais, moradores, órgão públicos setoriais: todos esses agentes têm projetos de futuro, elaborados formalmente ou não para a área”.

Nessa pesquisa tomamos como objeto as ações do Programa Redenção, projeto elaborado para a cracolândia pela prefeitura de São Paulo na gestão do prefeito João Dória, que tem como foco a inserção de usuários e dependentes de drogas. Para além disso, segundo fonte oficial da

---

<sup>2</sup>Fonte:<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/prefeitura-de-sp-afirma-que-projeto-nova-luz-e-tecnicamente-inviavel.html>

Prefeitura de São Paulo, com o *Programa Redenção* "(...) estão em estudos ações urbanísticas que visam democratizar o uso dos espaços públicos, tornando-os mais convidativos e seguros para a apropriação coletiva<sup>3</sup>" (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2017).

No que diz respeito a parte urbanística e de zeladoria, as diretrizes do projeto são:

"REVITALIZAÇÃO: promover a recuperação urbana da região pelo adensamento populacional (PPP do Centro), da construção de equipamentos públicos e requalificação de logradouros públicos. HABITAÇÃO: atender famílias da região em conformidade com a política habitacional do município. INCLUSÃO SOCIAL: destinação de parte das moradias para habitação social. INTEGRAÇÃO: promover a integração da região da Luz ao Bom Retiro. ZELADORIA: limpeza regular do território da zona de uso e fiscalização de comércio e imóveis da região" E suas ações programáticas são: "Implantar Programa Centro Aberto; Ampliar a PPP do Centro, em parceria com o Governo do Estado; Requalificar os espaços públicos e privados; Implantar Conexões Urbanas; Realizar concessão do Terminal Princesa Isabel; Elaboração do PIU Campos Elíseos; Cadastramento de todas as famílias residentes na área atendida pelo Projeto" (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2017).

Ao analisar as mudanças socioespaciais que fazem parte do processo de gentrificação e de concepções higienistas, nossa pesquisa traçou uma análise crítica acerca das ações tomadas pela prefeitura da cidade de São Paulo, por meio do *Programa Redenção*, no que diz respeito à área da Cracolândia e do centro velho, como um mecanismo de expulsão da população que ocupa historicamente essa área.

Para além da empiria do trabalho de campo e da pesquisa documental, que foram de suma importância para a compreensão dessa territorialidade (Cracolândia), as reflexões teórico-conceituais e referências concementes ao pensamento higienista na história das cidades nos trouxe a definição de cidades nessas bases, assim como embasou a reflexão sobre a gentrificação na atualidade, suas associações ao higienismo urbano e a pesquisa de estudos de casos correlatos. Para completar as fontes secundárias, está em processo a análise de reportagens publicadas pelo Jornal Folha de São Paulo e Mídia Ninja atreladas à Cracolândia. Além dessa coleta, a pesquisa contou com a coleta de dados de atualizações no site da prefeitura sobre o *Projeto Redenção*. A coleta de dados primários no Trabalho de Campo vem sendo realizada a partir do contato direto com os movimentos sociais atuantes na Cracolândia, em especial com o movimento A Craco

---

<sup>3</sup> Essa citação consta como publicação no aplicativo projetado pela prefeitura acerca do *Programa Redenção*. <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-lanca-a0plicativo-do-projeto-redencao>

Resite. Esse contato permite a aplicação de entrevista acerca das intervenções do poder municipal na área com o *Projeto Redenção*.

## **2. A construção do discurso higienista nas intervenções urbanas**

### **2.1 O higienismo modelando as cidades**

O higienismo originou-se de um pensamento médico que possui seus primeiros pressupostos nos tratados hipocráticos, mas, que volta a ser debatido a partir do século XVIII na Europa, não apenas como concepção médica, mas, como modelo de urbanismo. O discurso higienista se constituiu um elemento civilizatório, sinônimo de modernidade e progresso, passando a ser a base de diversas normas de comportamento e de normatização do espaço públicos e privados nas cidades.

Os primeiros pressupostos higienistas datam de cinco séculos Antes de Cristo, com Hipócrates, em sua obra "Água, ares e lugares". O autor grego estabeleceu relações entre as origens das doenças com o meio ambiente (COSTA, 2009). O higienismo volta a ser debatido na Europa após a Primeira Revolução Industrial, momento em que se observa o grande crescimento da população que vive nas cidades, sem possuírem infraestrutura urbana mínima para a qualidade de vida das classes trabalhadoras (MACHADO, 2011).

Com a necessidade de superação e controle das altas taxas de mortalidade da população urbana, surge o que ficou conhecido como Medicina Social, ou higienismo, como é tratado nessa pesquisa. A Medicina Social era vista como uma medicina preventiva e pela primeira vez passa a se pensar dispositivos para realizá-la, com isso a Medicina Social e os médicos passaram a ser capazes de estruturar a cidade a fim de torná-la moderna e propícia à perpetuação das ideologias do sistema capitalista em ascensão (MACHADO, 2011).

A partir da percepção de que as doenças eram localizadas no espaço, o médico higienista irá propor, então, uma medicalização da sociedade e do espaço, tornando os espaços coletivos e individuais salubres. A ideia de salubridade, como a apontada por FOUCAULT (1984), não se constitui sinônimo de saúde, e sim como o estado das coisas e do meio que permitem a melhor saúde possível. A noção de higiene pública vai surgir, então, como "(...) técnica de controle e modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer, ou, ao contrário, prejudicar a saúde. (...) a higiene pública (...) é o controle político-científico deste meio" (FOUCAULT, 1984, p.93).

No Brasil, grandes foram as influências do movimento higienista, tanto para o modelamento das cidades, quanto para o desenvolvimento da medicina. No Brasil prevaleceu a medicina miasmática, que o controle das doenças aconteceria com o saneamento das cidades, a dragagem dos pântanos e a construção de aterros (CORRÊA, 2011). Dentro dessa concepção, o espaço urbano passa a ser considerado como o de maior perigo para a população.

O discurso higienista ganha sua materialidade no plano das cidades, a partir das intervenções que buscam recuperar a salubridade dos espaços ditos como doentios. Era preciso tornar a cidade sadia, limpa, bela, harmônica, equilibrada, racional, eficiente, arborizada, planejada, funcional, zoneada etc. No decorrer dos séculos XIX e XX que se assistiu a materialidade dessa doutrina nas cidades europeias, estadunidense e brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo. As reformas urbanas realizadas nessas cidades promoveram uma melhor estrutura material, mas, perpetuaram o ideário civilizatório da época.

A reforma que mais se destacou na Europa foi a Reforma de Paris, realizada pelo Barão Haussmann, entre 1852 e 1870, que buscou trazer para a capital francesa uma estética urbana que estivesse associada aos preceitos da nova classe em ascendente, a burguesia. A remodelação de Paris está intrinsecamente relacionada com a noção de *embelezamento urbano* (VILLAÇA, 1989), fazendo nascer um tipo de urbanismo que vai se espalhar por diversos lugares no mundo ocidental. No Brasil esse tipo de urbanismo foi bem assimilado na reforma do Rio de Janeiro, do Prefeito Pereira Passos, no início do século XX.

As ações tomadas para este fim ficaram bem marcadas a partir da abertura de avenidas, a criação de bulevares, de praças, passando pela desapropriação de propriedades privadas e limpeza dos terrenos (RONCAYOLO, 1999). Como é apontado por Costa (2013, p.62)., “O significado estratégico da haussmannização de Paris foi a exclusão da população pobre, as chamadas classes perigosas para longe do centro da cidade”. Para além da expulsão da população pobre do centro, através, por exemplo do aumento do preço dos aluguéis, o projeto urbanístico garante, com o alargamento das avenidas, uma facilitação da movimentação de tropas para os bairros populares e dificulta a construção de barricadas, um dos símbolos da Revolução Francesa. A Reforma de Haussmann foi um projeto urbanístico pautado em ideologias burguesas, que encontrou no discurso de salubridade e higienismo as bases para controlar e garantir a não ocupação das ruas e dos espaços urbanos centrais pela classe trabalhadora, produzindo uma segregação entre as classes dominantes e classe trabalhadora.

## **2.2 A concepção higienista nas cidades, o caso de Rio de Janeiro e de São Paulo.**

No Brasil tal doutrina também encontrou o seu lugar nas reformas urbanas. A chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, criou-se a necessidade da cidade passar por diversas transformações urbanísticas com a finalidade de tornar-se digna da morada de um rei. Mesmo com essa modernização, até a segunda metade do século XIX a cidade ainda não apresentava condições de salubridade que caracterizasse como um local de transações comerciais e um desenvolvimento do mercado interno. Outro grande problema apontado pelos higienistas da cidade do Rio de Janeiro eram os limites físicos geográficos, como os morros (MACHADO, 2011).

As habitações coletivas atormentavam a classe dominante e os higienistas, pois ali se concentravam os pobres no centro, as casas e os cortiços eram vistos como insalubres e imundos, os focos de origem dos surtos epidêmicos. Neste momento era o Estado quem possuía o poderio de intervir na esfera pública e privada, por meio, por exemplo, da obrigatoriedade da vacina contra vacína e na demolição dos cortiços.

Apesar de ter havido intervenções no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro com pretensão de tornar a cidade salubre foi apenas na década de 1870 que começaram a surtir efeitos da reestruturação urbana do Rio de Janeiro. Nessa década se inicia um processo sistemático de alterações do espaço urbano carioca, como a implementação de iluminação a gás, o abastecimento de água, e o estabelecimento de parâmetros para a higiene das habitações, com fiscalização nos quintais das habitações para regulamentar qualquer tipo de imundices. A partir da década de 1880 a Inspetoria Geral de Higiene passou a exercer um controle mais rígido sobre os cortiços.

O primeiro prefeito da cidade, Barata Riberio, teve suas primeiras ações voltadas para as reformas urbanas do Rio de Janeiro, como a reforma da Praça XV, a intensificação da vigilância sobre a higiene e o saneamento, e um forte controle das habitações coletivas que eram “entendidas como a síntese de falta de higiene e do crime, ou seja, marcos da barbárie. A ação contra os cortiços é tão intensa que passará a ser um dos elementos centrais de sua administração” (RODRIGUES E OAKIM, 2015, p. 22).

Em 1902 Pereira Passos foi nomeado pelo então, presidente Rodrigues Alves, como prefeito do Distrito Federal e, logo, já se iniciam as reformas urbanísticas na cidade, muito inspiradas pelas reformas de Haussmann em Paris, que tinham como objetivo o embelezamento e a modernização da cidade.



Suas reformas ficaram conhecidas como “bota abaixo”, por conta das demolições para o alargamento das ruas, a criação de bulevares e saneamento dos espaços. O projeto de uma nova cidade contava com o respaldo de Rodrigo Alves, da Igreja Católica, dos militares e da grande imprensa, além de contar com laudos científicos e com três importantes instituições da época: o Clube de Engenharia, a Saúde Pública e a Polícia. (RODRIGUES E OAKIM, 2015).

O ano de 1904 é marcado pelo início das obras da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), considerada como ícone da modernidade. Sua construção só foi possível com a demolição de diversas casas e cortiços. Segundo SEVCENKO (1983), a inauguração da Avenida Central é um marco inicial das mudanças para uma cidade necessariamente moderna, civilizada e limpa, que deixa de lado suas marcas dos tempos coloniais.

A cidade de São Paulo também sofreu as influências das doutrinas higienistas em sua urbanização, no começo do século XX. De acordo com ROLNIK(1986), essas reformas tinham como objetivo transformar as áreas populares da cidade em locais de salubridade e beleza. As ações pensadas pelos médicos higienistas visavam sempre as classes trabalhadoras, os mais pobres e os imigrantes.

Com a finalidade de controle das condições higiênicas da cidade foram estabelecidas diversas regras a partir do Código Sanitário, que resultou também em um padronização dos espaços domésticos. Com o Código de Postura do Município de São Paulo, de 1886, que continha um capítulo para tratar sobre 'Cortiços, Casas de Operários e Cubículo', também se estabelece as condições para construções de habitação para as classes tidas como "perigosas" (RAGO 2014. Para além desses mecanismo de controle do Estado, uma outra solução encontrada foi a construção de vilas operárias e casas populares, que se expandiram pelos bairros da zona leste e oeste da cidade (OLVEIRA SOBRINHO, 2013).

As reformas urbanas em São Paulo do final do século XIX e começo do XX contam com o alargamento das ruas do centro, a abertura de parques e praças e também a construção do Teatro Municipal (RAGO, 2014). Associado às concepções higienistas observa-se também a construção de diversas avenidas e bairros que buscavam a importação de hábitos estrangeiros para os projetos de cidade.

Diversas foram as repercussões da doutrina higienista na sociedade ocidental, ideário de limpeza social das cidades que ainda se faz presente na atualidade, com seus desdobramentos ainda hoje, como as megaoperações policiais ocorridas na Cracolândia de São Paulo, ações que visam a

retirada dos usuários de crack do centro, para uma posterior especulação imobiliária e enobrecimento dessa região.

O que se observa é que, seja no senso comum ou nas políticas públicas, a doutrina higienista ainda se faz presente, e o ideário de uma cidade limpa é uma marca, como no marketing da prefeitura de São Paulo. O higienismo se encontra, hoje, associado a inúmeros processos de gentrificação, estratégia urbana por meio da qual o Estado possibilita, por exemplo, a retomada do centro pelas classes dominantes.

### **3. Gentrificação, suas origens e a difusão de um processo socioespacial**

O termo *gentrification* foi criado pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1954, para investigar as mudanças imobiliárias pelas quais passavam os bairros operários londrinos. O processo teve início em 1950 culminou em uma elitização de certos bairros operários, a partir do aumento do aluguel das casas e apartamentos que, aos poucos, trocou o perfil socioeconômico dos moradores da vizinhança e, dessa forma, instalou um processo de gentrification que, rapidamente, vai se espalhando até que a maioria dos ocupantes trabalhadores originais são deslocados, e todo o caráter social do bairro é alterado. Com o passar dos anos, de acordo com SMITH (2006), o que era apenas uma anomalia local se tornou uma estratégia urbana global que se difundiu por inúmeras cidades. Hoje esse fenômeno pode ser observado em cidades de países ricos e industrializados, como no seu início, em 1970, mas também em países do Norte e do Sul, nas cidades grandes e nas pequenas (PAES, 2017).

Apesar de ser um processo socioespacial global e que se generalizou, sua forma atual, não é a reprodução da gentrificação que ocorreu em países como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra entre os anos 1970 a 1990, tendo em vista que se trata de um processo que ocorre a partir da atuação de diversos agentes do espaço urbano, que atuam de maneira diversa a depender da formação socioespacial a que cada lugar responde, assim como os diferentes movimentos de resistência que, em alguns casos conseguem frear os processos. Nesse sentido, Furtado (2014, p.343) propõe que:

Assim, o fenômeno de gentrificação precisa ser explicado tanto por tendências estruturais, quanto por especificidades históricas, sem retirá-lo, contudo, do ponto de vista teórico, do contexto social do qual ele é parte. Mais precisamente, o processo de gentrificação necessita ser teorizado como parte da totalidade orgânica da formação social, o que significa procurar as causas do processo de gentrificação na conjuntura de produção, circulação e consumo.

Para Frúguli Jr. (2006, pp.133-134) esse processo pode ser entendido como:

Criação residencial para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articuladas a processo de controle ou expulsão de setores de classe populares, num processo também assinalado pelo desempenho de determinados estilos de vida e consumo, produzindo mudanças na composição social de um determinado lugar, vem como tipo peculiares de segregação socioespacial e de controle da diversidade.

Portanto, trata-se um processo de mudança na dinâmica do espaço urbano que hoje não se limita mais apenas aos aspectos habitacionais e imobiliário, mas também a toda uma mudança na dimensão da vida cotidiana do lugar, da paisagem urbana, dos padrões de consumo e também dos frequentadores dos espaços, tanto público, quanto privado.

Diversas foram as mudanças ocorridas durante o processo, o que se inicia apenas num contexto ligado ao mercado residencial passa, no decorrer dos anos, para uma estratégia de "(...)reincorporação das áreas centrais à economia política das cidades" (PAES, 2017, p.669). As alterações não se limitam apenas a sua dimensão espacial, mas também de seus agentes, o que teve início com novos moradores de classe média e classe média alta viu, ao longo da segunda metade do século XX, o Estado e empresas privadas tornarem-se agentes desse processo. No caso Brasil, a partir das contribuições de KARA JOSÉ (2007) e LEITE (2004), verifica-se que o principal agente gentrificador do espaço se constitui como sendo o Estado e que nos exemplos brasileiros o processo de enobrecimento constituiu não com enfoque no mercado imobiliário, mas sim em relação aos usos temporários do espaço, portanto, sendo uma gentrificação voltada para o uso temporal do que para o espacial.

Procurando explicar a respeito das origens do processo, SMITH (2006, p.66) utiliza da teoria da renda diferencial (*rent gap*), nas suas palavras:

Segundo a teoria da renda diferencial (*rent gap*), as causas originais da gentrificação estavam na mobilidade geográfica do capital e nos modelos históricos de investimentos e desinvestimentos no campo urbano: o investimento nas áreas periurbanas em detrimento da região central dominante no século XX, criou condições especiais de reinvestimento sobre locais específicos do centro, tomando a forma de gentrificação (Smith, 1979 e 1996). Como consequência, a política urbana de reestruturação da municipalidade no início da década de 1970 teve um efeito maior sobre a gentrificação. De imediato, ela aprofundou e intensificou os níveis de desinvestimentos no centro e no pericentro, reduzindo os preços de terrenos e edifícios nos bairros mais antigos e degradados. Os pequenos proprietários locais, incapacitados de superar a recessão, venderam seus imóveis a grandes promotores imobiliários.

O processo de gentrificação significa alterações realizadas no espaço urbano, não se limitando apenas a prédios residenciais, mas também em espaços públicos e privados, como casas, bares, restaurantes, museus, e etc que passam por alterações de melhoria e ou de uma

reestruturação. Toda essa mudança ocasionada de forma direta ou indireta a expulsão de populações que habitavam e ou frequentavam o espaço anteriormente. Essa expulsão pode ser direta a partir da remoção dos moradores pelo Estado pela desapropriação da área ou indireta, a partir do aumento dos preços do aluguel.

No que diz respeito ao uso do termo "gentrificação", diversos foram os eufemismos utilizados para tratá-lo: requalificação, revitalização, enobrecimento, reabilitação, entre outros, termos comumente encontrados na literatura, mas também utilizados especificamente pelas prefeituras, por áreas disciplinares e em encontros científicos internacionais de discussão a respeito de tais intervenções no espaço urbano (PAES, 2017). Para o centro de São Paulo o termo passou a ser utilizado pela primeira vez na metade da década de 1970, como oposição à degradação urbana, a qual deveria ser combatida. Contudo, o termo já havia começado a ser utilizado no cenário internacional desde a década de 1960 (KARA JOSÉ, 2007, p. 47).

Em relação a como se configuraram essas políticas de revitalização no Brasil, KARA JOSÉ (2007, p.47) nos traz que:

O conceito de revitalização urbana como forma de intervenção em áreas centrais passaria a ser adotada no Brasil a partir de meados da década de 70, guardando maiores vínculos com as experiências desenvolvidas na Europa.(...) As primeiras intervenções nas áreas centrais destas cidades, inclusive São Paulo, teriam como referência predominante as diretrizes da CI na formulação dos projetos, enfatizando a recuperação do patrimônio histórico pelo Estado e o incentivo ao turismo. Ao longo dos anos 80 novos componentes foram sendo associados ao escopo das intervenções, como por exemplo as parcerias entre poder público e a iniciativa privada, nos moldes como foram desenvolvidas nos Estados Unidos.

No que se refere ao centro, diversos foram os projetos que tinham como objetivo a revitalização da área central e concentram ali diversos agentes e interesses divergentes. Mercado imobiliário, prefeitura, Câmara Municipal, comerciantes locais, movimentos sociais dos mais diversos, moradores de rua, usuários de crack e vendedores ambulantes se assentam, então, sobre um *território em disputa* (MARICATO, 2012). Projetos como Nova Luz, proposto em 2005, Redenção proposto em 2017, são políticas que visam a revitalização do centro de São Paulo. Nesta pesquisa tratamos com maior profundidade o Projeto Redenção, tomando como pressuposto este ser uma materialização do pensamento higienista.

#### **4. Os programas de revitalização do centro de São Paulo e o Programa Redenção**

Os programas de revitalização do centro de São Paulo tiveram início na metade da década de 1970, quando o centro se encontrava num parâmetro de degradação e abandono pelo poder

público. A partir de então diversos foram os programas que procuravam essa revitalização do centro e a volta do centro para a economia política das cidades. A tentativa do poder público de alavancar o processo de gentrificação do centro de São Paulo se deu via centro cultural, a partir da gentrificação pautada na promoção de eventos e espaços culturais.

O abandono do centro pelas elites e seu processo de degradação está relacionado com a troca de centralidade pela qual a cidade de São Paulo passou no decorrer da segunda metade do século XX. De acordo com Frúgoli Jr. (2000), o processo de revitalização é um fenômeno pontual e isolado, relaciona-se ao surgimento de diversos subcentros que são configurados em um contexto multipolar. Esses programas vão operar na tentativa de reinserção dos espaços desvalorizados em um processo de valorização a partir do capital imobiliário e cultural.

A entrada de iniciativas que visavam a revitalização urbana no centro ocorreu pela primeira vez nas pautas do poder público em 1970, iniciativas que foram colocadas como uma possibilidade de retomada da vitalidade econômica do centro. Cabe frizar que a vitalidade do centro nunca deixou de existir, o que aconteceu foi que, a partir do seu abandono pela elite, o centro teve uma ocupação pelas classes menos privilegiadas. A partir década de 1960 houve uma crescente apropriação do espaço urbano por atividades ligadas ao *circuito inferior da economia* (SANTOS, 2004) e, posteriormente, na década de 1990, por usuários de crack e moradores em situação de rua.

Uma das primeiras ações do poder público para a revitalização do centro foi a instituição da Lei de Zoneamento de 1972, que é “(...) uma classificação que versava sobre a criação de zonas especiais de uso e ocupação do solo em algumas áreas do centro” (KARA JOSÉ, p. 36, 2007), e que criava as zonas Z8-220 “(...) que delimitavam áreas especiais cujos imóveis deveriam ser preservados por sua relevância histórica, artística, cultural ou paisagística(...)” (ANTONINI, 2012, p. 27). Contudo, foi apenas anos depois que foi apresentado o primeiro Plano de Revitalização do Centro no ano de 1975, pelo Prefeito Olavo Setúbal (1975-1979). O Plano teve como principais obras a restauração do Edifício Martinelli, marco do início da política de revitalização do Centro; a reforma do Largo de São Bento; do Viaduto do Chá; do Pátio do Colégio; das praças do metrô e a construção dos calçadões (KARA JOSÉ, 2007).

Em relação às contradições desse Plano, o principal fato, de acordo com Kara José (2007), é o de que não se tratou de um “plano” de intervenções urbanas que resultasse em um conjunto integrado de intervenções para o Centro como um todo, mas, sim, obras pontuais que objetivavam

a atração de agentes urbanos que migraram para outras regiões da cidade. Outra contradição apontada pela autora é que, “Embora a idéia de revitalização estivesse aparentemente ligada à preservação e valorização do patrimônio existente (...), o valor cultural do patrimônio foi fator secundário neste plano repleto de contradições conceituais” (Kara José, 2007, p.51).

A próxima intervenção ocorrida no centro foi a Remodelação do Vale do Anhangabaú, nos anos 80, que resultou de um concurso público promovido pela Prefeitura, e foi inaugurado em 1991. De acordo com Andrade (2001, p. 72) "(...) o novo Vale do Anhangabaú não induziu a requalificação das áreas circundadas. Pelo contrário, ingressou no mesmo processo de deterioração a que aqueles estavam sendo".

Outras intervenções urbanas foram o Programa de Ordenação da Paisagem da Área Central: Eixo Sé-Arouche, e a Reurbanização do Parque Pedro II. Em relação ao Eixo Sé-Arouche, o projeto visava a melhoria das condições dos espaços públicos e da paisagem urbana, "(...) através de ações como organização de anúncios, limpeza das fachadas dos imóveis privados, implantação de mobiliários e equipamentos"(KARA JOSÉ, 2007, p.83). O mesmo possuía o princípio do estabelecimento de parcerias entre o poder municipal e os proprietários para a recuperação e manutenção dos espaços a partir do desconto no IPTU dos proprietários que conservasse as fachadas dos imóveis limpas.

A reurbanização do Parque Dom Pedro II contou com obras importantes de recuperação do patrimônio arquitetônico da região central, assim como mudou a sede administrativa municipal para o Palácio das Indústrias. Para Kara José (2007, p.82), “Trazer a sede administrativa para o Centro simboliza o reconhecimento do local onde convive a diversidade dos cidadãos paulistanos e um gesto de aproximação do poder municipal com a população”. Entrando em 1990 as intervenções urbanas que tinham como objetivo a revitalização do centro foram a Operação Urbana Anhangabaú em 1991; o Projeto Centro Seguro, em 1994; o Programa Ação Local, em 1995, e a Operação Urbana Centro, em 1997.

Já mais recentemente, o grande projeto para o Centro foi a Nova Luz, projeto de renovação urbana que inclui a Cracolândia. O projeto foi anunciado pela prefeitura em 2005, por José Serra (PSDB), e suas diretrizes, assim como o seu possível desenvolvimento, em 2011, cp, Gilberto

Kassab (DEM). De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU)<sup>4</sup>, os principais objetivos do projeto são: preservação e recuperação do patrimônio histórico da área; aumento da área destinada para uso residencial, com o objetivo de aumentar a densidade demográfica da área para que mais cidadãos possam usufruir das vantagens locais desse setor da cidade; consolidação de área que seria destinada para a construção de habitação social com a produção de mais de 1.500 unidades habitacionais; a criação de uma rede de espaços públicos com o intuito de receber melhor os usuários da região.

O projeto tinha custo estimado em R\$ 4 bilhões de reais, e para seu desenvolvimento utilizou-se um total de R\$ 14,6 milhões na gestão de Kassab, foi arquivado em janeiro de 2013 por ser considerado como tecnicamente inviável.<sup>5</sup> Podemos concluir que o Projeto Nova Luz foi “(...) uma intervenção urbana que visa principalmente tornar a área mais interessante para o desenvolvimento de interesses privados” (VIANNA, p. 65, 2016).

O outro projeto destinado para área central e para a Cracolândia foi o *De Braços Abertos*, proposto por Fernando Haddad (PT), que teve início em janeiro de 2014. O programa desenvolvido envolve diversas secretarias municipais. De acordo com a Prefeitura de São Paulo, o Programa tinha como objetivo a implementação de ações intersetoriais e integradas nas áreas de assistência social, direitos humanos, saúde e trabalho; a construção de uma rede de serviços para atendimento aos usuários a partir da redução de danos, pela oferta de moradia e emprego; disponibilizar serviços de Atenção Integral à Saúde; a inserção dessa população nas políticas públicas e estimar a participação e apoio da sociedade.<sup>6</sup> Na prática o Programa oferecia acomodações em hotéis próximos à área, três refeições diárias em restaurante público, oportunidade de trabalho e renda em serviços de zeladoria da cidade e a mediação do acesso a serviços de saúde para os usuários de crack, sem a exigência da abstinência (RUI; FIORE; TÓFOLI, 2016).

As críticas ao programa eram referentes as condições degradantes em que se encontravam os hotéis que atendiam os beneficiários do programa e a não concessão das bolsas para os usuários

---

4Fonte: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento\\_urbano/arquivos/nova\\_luz/201108\\_PUE.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf) acesso em: janeiro de 2019

5Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/prefeitura-de-sp-afirma-que-projeto-nova-luz-e-tecnicamente-inviavel.html> acesso em janeiro de 2019

6Fonte: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/DBAAGO2015.pdf> acesso em janeiro de 2019.

que realizavam os trabalhos de zeladoria. O Programa teve seu fim logo em 2017, com a gestão de João Doria (PSDB) e, de acordo com a prefeitura, o programa “(...) se mostrou totalmente inadequado para efetiva recuperação dos dependentes químicos, que nunca deixaram de frequentar o fluxo” (TEIXEIRA; VASSALLO, 2018), tendo sido substituído pelo Programa Redenção, em voga na atualidade.

### **5. Considerações finais**

As considerações finais a respeito da pesquisa são tomadas como parciais, tendo em vista que a gentrificação se trata de um processo a ser observado ao longo do tempo. O que podemos concluir é que há uma tentativa por parte da prefeitura da remoção do *fluxo* da área central de São Paulo a partir de operações policiais e do fechamento dos ATENDE 1 e 3, levando a Cracolândia para a Zona Norte, e, desse modo, consolidar interesses do mercado, particularmente do mercado imobiliário e de empresas como Porto Seguro. Tal tentativa se configura como materialidade do pensamento higienista através da implicação da força policial e da noção de limpeza social na região. Mesmo com diversas tentativas da prefeitura em concretizar a *gentrificação* do território, o mesmo ainda se encontra em disputa, o que confirma que as diversas possibilidades de futuro. A atuação de diversos movimentos sociais trouxe para o território a perspectiva de construção de um centro democrático e heterogêneo. A partir da construção do movimento de luta por moradia dos movimentos sociais ligados, especificamente, à Cracolândia, como *A Craco Resiste* que atua contra a violência policial e pela redução de danos e o *Fórum Aberto Mundaréu da Luz*, que atua na promoção de eventos culturais, reuniões com associações e conselhos dos moradores, que acabam por frear intervenções públicas e do mercado no território. Todos esses movimentos e disputas deixam claro que, ao contrário das concepções sempre impostas de “revitalizar” ou “gentrificar”, o centro da cidade de São Paulo possui uma vitalidade social que congrega, ainda, muita diversidade a ser preservada.

### **6. Referências bibliográficas**





ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In Castro, Iná Elias et al (orgs). **Brasil; questões atuais da reorganização do território**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, 145- 183p.

ANTONINI, A. V. **Marcas da memória:** o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo. 2012. Trabalho de Graduação Individual, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CORRÊA, L. S. Cidades, práticas higienistas e produção do espaço urbano, 2011. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2011. Disponível em:<[www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4489](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4489) > Acesso em: 24 nov. 2017.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano.** Mercator, Fortaleza, v. 1, n.2, jan. 2009. ISSN 1985-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/181>>. Acesso em: 10 jan. 2019

COSTA, Maria Clélia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade. **Mercator**, Fortaleza, v.12, ni. 29, 2013, pp.51-67.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 1984, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 4 ed. 1984. 296p.  
FRÚGOLI JR., Heitor."Intervention dans les espaces centraux des villes brésilennes, le case de São Paulo". En: H. Rivère D'Arc & M. Memoli (ed.), **Le pari urbain em Amérique latine.** Paris: Armand Coli, 2006, pp. 133-147.

FRÚGOLI, JR. Heitor, SKLAIR, Jessica. "O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da 'gentrification'". In: **Cuadernos de Antropología Social** 2009; pp.119-136.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. **Cad. Metrop. [online].** 2014, vol. 16, n. 32, pp. 341-364. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0341.pdf> > Acesso em: 11 abr. 2019.

G1, São Paulo. Prefeitura de SP afirma que projeto Nova Luz é tecnicamente inviável. **G1 São Paulo**, 24 de janeiro de 2013. Disponível em < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/prefeitura-de-sp-afirma-que-projeto-nova-luz-e-tecnicamente-inviavel.html> > Acesso em: 24 abr. 2018

GLASS, Ruth. **London: Aspects of Change.** London: Centre for Urban Studies and MacGibbon and Kee. 1964.



- KARA JOSÉ, Beatriz. **Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)**, 2007. São Paulo: Annablume; Fapesp, 277p.
- LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2ª Edição Revista, Ampliada e com posfácio.. 2, ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007, v.1. 390p.
- MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308340710\\_ARQUIVO\\_GiseleCardoso\\_deAlmeidaMachado-ANPUH.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308340710_ARQUIVO_GiseleCardoso_deAlmeidaMachado-ANPUH.pdf).> Acesso em: 11 jan. 2019.
- MARICATO, Ermínia. Tudo o que há por trás do Projeto Nova Luz. **Outras Mídias**, 30 de janeiro de 2012. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/outrasmidias/terror-imobiliario-ou-expulsao-dos-pobres/>> Acesso em: 21 abr. 2019.
- MATTOS, C. A. “Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana.” IN: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Rio de Janeiro, 2004, pp. 157-196.
- NIGRO, Cíntia. Revitalização urbana em áreas centrais: discussões sobre o caso da cidade de São Paulo. In: **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, n.o 06, 1999.
- OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de. São Paulo e a ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia de civilidade. **Sociologias** [online]. 2013, vol.15, n.32, pp.210-235. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222013000100009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222013000100009&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 27 jan. 2019.
- PAES, Maria Tereza Duarte. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geosp- Espaço e Tempo** (Online), v.21, n.3, p.667-684, dez .2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/%20article/view/128345%3E.%20doi:%2010.11606/issn.2179-0892.%20geosp.2017.128345>> Acesso em: 13 abr. 2018.
- PREFEITURA, São Paulo. **“Saiba mais sobre o Programa Redenção”** Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/programas/index.php?p=239138>> Acesso em: 21 abr. 2018.



PREFEITURA, São Paulo. “**Projeto Redenção - Ações de Urbanismo.**” Disponível em:<  
[http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/ProjetoReden%C3%A7%C3%A3o-Luz\\_A%C3%A7%C3%B5es-de-Urbanismo\\_29.05.17\\_.pdf](http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/ProjetoReden%C3%A7%C3%A3o-Luz_A%C3%A7%C3%B5es-de-Urbanismo_29.05.17_.pdf) > Acesso em: 24 abr. 2018.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista.** São Paulo: Paz e Terra, 2014. 280p.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; OAKIM, Juliana. As reformas urbanas do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. **Revista Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)**, 2015.

Disponível em:  
<<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/589/587>> Acesso em: 17 jan. 2019.

ROLNIK, Raquel. São Paulo na Virada do Século In: **Espaço e Debates**, nº 17: 44-53. São Paulo: HERU, 1986

RONCAYOLO, Marcel. La ville et ses territoires. Paris, Gallimard, 1990.

\_\_\_\_\_. “Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris haussmanniana.” Projeto História espaço e cultura.” **Revista do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da PUC, SP.** São Paulo, n. 18, 1999.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença, **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas.** Coimbra: Edições Almedina, SA. 2009

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack, etnografia da abjeção.** São Paulo: Terceiro Nome, 2014. 400p.

RUI, T.; FIORE, M; TÓFOLI, L. F. Pesquisa preliminar de avaliação do Programa ‘De Braços Abertos’. **Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM).** São Paulo, 2016.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.**São Paulo: Edusp, 2004. 433p.

SMITH, Neil. (1979). Toward a Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by Capital not People. **Journal of the American Planning Association**, n. 45, p.538-548.

SMITH, Neil. (1996). **New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City.** Routledge, New York.



SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Coord.). **De volta à cidade- dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006, p.59-87.

SOMBINI, Eduardo Augusto Wellendorf. **A revalorização contemporânea do centro de São Paulo: agentes, concepções e instrumentos da urbanização corporativa (2005-2012)**. 2013. 196f. Dissertação mestrado- Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

TEIXEIRA, L.F.; VASSALLO, L. 'Inócua era a suposta política de recuperação de dependentes químicos', reage governo Doria. **Estadão**, 04 abr. 2018. Disponível em:<

[https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/inocua-era-a-suposta-politica-de-recuperacao-de-dependentes-quimicos-reage-governo-doria/>](https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/inocua-era-a-suposta-politica-de-recuperacao-de-dependentes-quimicos-reage-governo-doria/) Acesso em: 31 de janeiro de 2019.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **Sistematização Crítica da Obra Escrita sobre Espaço Urbano**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- Universidade de São Paulo. (Livre Docência), 1989.

VIANNA, André Mari. **Características principais do Projeto Nova Luz: Atores e discursos envolvidos**. 2016. 71f. Tese de Graduação- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2016.